



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

solicita informações ao Ministério da Saúde sobre divulgação de que a comunicação do governo federal (Secom) destinou à vacinação apenas 6,2% do que gastou para pregar “cuidado precoce”.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministério da Saúde sobre divulgação de que a comunicação do Governo Federal (Secom) destinou à vacinação apenas 6,2% do que gastou para pregar “cuidado precoce”.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 124/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 23/06/2021.

Sala da Comissão, 24 de junho de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente





ANEXO

REQUERIMENTO Nº 124 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

solicita informações ao Ministério da Saúde sobre divulgação de que a comunicação do governo federal (Secom) destinou à vacinação apenas 6,2% do que gastou para pregar “cuidado precoce”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde sobre divulgação de que a comunicação do governo federal (Secom) destinou à vacinação apenas 6,2% do que gastou para pregar “cuidado precoce”.

JUSTIFICAÇÃO

Em 10 de junho deste ano, a UOL1 divulgou que dados da Secom, pasta do Palácio do Planalto responsável pela comunicação do governo federal, mostram que, até abril deste ano, ações publicitárias relacionadas à vacinação contra a covid-19 representavam apenas 6,2% do montante destinado para divulgar o que o governo chamou de "cuidados precoces".





O documento, enviado à CPI da Covid no Senado, indica que, até outubro de 2020, a Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social) havia autorizado o empenho de R\$ 19.370.015,27 nas ações categorizadas como "cuidados precoces". Os materiais foram veiculados ao longo do segundo semestre do ano passado e também no começo de 2021.

Entretanto, as ações realizadas pela Secom para promover a vacinação no país custaram, de acordo com o relatório, R\$ 1,2 milhão. O registro da autorização dos recursos é de março deste ano. A cifra não inclui campanhas que ocorreram no âmbito do Ministério da Saúde, com recursos e/ou meios próprios.

Dessa forma, faz-se necessário a busca de mais informações do Ministério da Saúde, para que informe a esta casa sobre qual valor foi desembolsado para divulgação do Plano Nacional de Imunização (PNI) e quais valores foram gastos com campanhas de cuidado/atendimento precoce.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2021.

Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)

